



DE 25 A 29 JANEIRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ABONO DE FAMÍLIA

[Portaria n.º 11-A/2016 - Diário da República n.º 20/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-01-29](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações, e revoga a [Portaria n.º 1113/2010](#), de 28 de outubro

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 115/XIII](#)

Retoma a conceção de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais (Primeira alteração à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 116/XIII](#)

Impede a mercantilização do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 118/XIII](#)

Regulamentação da publicidade de produtos alimentares destinada a crianças e jovens

Autoria: PAN

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projeto de Lei 123/XIII](#)

Regula a publicidade a produtos alimentares, dirigida a crianças e jovens, alterando o Código da Publicidade

Autoria: PEV

[Projeto de Lei 119/XIII](#)

Procede à alteração do regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 120/XIII](#)

Procede à 14ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares e bebidas

Autoria: PS

[Projeto de Lei 122/XIII](#)

Altera o regime de arrendamento apoiado para uma maior justiça social - primeira alteração à lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro

Autoria: BE

[Proposta de Lei 10/XIII](#)

Restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro da União Europeia, que transpõe a Diretiva n.º 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014.

[Projeto de Resolução 113/XIII](#)

Recomenda ao Governo que legisle no sentido de permitir que a Agência Portuguesa do Ambiente possa partilhar com o SEPNA atribuições no âmbito dos crimes ambientais, nomeadamente, formando e certificando os seus agentes para que possam fazer recolha de provas que possuam enquadramento legal.

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 114/XIII](#)

Recomenda ao Governo que avalie os resultados da aplicação da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, no fim do seu primeiro ano de vigência

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 119/XIII](#)

Recomenda ao Governo que faça uma avaliação sobre a aplicação do regime de arrendamento apoiado para habitação, em articulação e colaboração com as entidades competentes

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 126/XIII](#)

Recomenda ao Governo a criação de limites máximos à renda apoiada em função da taxa de esforço para impedir aumentos exponenciais da renda apoiada nos bairros sociais geridos pelo IHRU

Autoria: PS

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **ÉTICA**

[Código de Ética do Advogado de Empresa](#)

Conheça a Declaração de princípios éticos comuns à prática jurídica do Advogado de Empresa, produzida pelo IAE - Instituto dos Advogados de Empresa.

 **FERIADOS**

[Resolução da Assembleia da República n.º 13/2016 - Diário da República n.º 16/2016, Série I de 2016-01-25](#)

Assembleia da República

Revisão da suspensão dos feriados religiosos

[Resolução da Assembleia da República n.º 14/2016 - Diário da República n.º 16/2016, Série I de 2016-01-25](#)

Assembleia da República

Restabelecimento de feriados suprimidos

[Resolução da Assembleia da República n.º 15/2016 - Diário da República n.º 16/2016, Série I de 2016-01-25](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a revisão do acordo com a Santa Sé para a reposição dos feriados religiosos

 **FINANCEIRO**

[Resolução da Assembleia da República n.º 16/2016 - Diário da República n.º 19/2016, Série I de 2016-01-28](#)

Assembleia da República

Constituição de comissão parlamentar de inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística 11|2016: Estudo da Central de Balanços | 24 – Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel](#)

[Estudo da Central de Balanços | 24 – Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel](#)

[Apresentação do Vice-Governador Pedro Duarte Neves no seminário "União Bancária: A nova fronteira da regulação financeira na União Europeia": "The functioning of the Banking Union"](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Apresentação do Governador do Banco de Portugal, Carlos da Silva Costa no seminário "União Bancária: A nova fronteira da regulação financeira na União Europeia": "From Banking Union to Financial Union – overcoming current challenges"](#)

[Revista de Estudos Económicos - Vol 2, N.º1](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Diário da República n.º 17/2016, Série II de 2016-01-26](#)

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

[Regulamento da CMVM n.º 4/2015 - Supervisão de Auditoria](#)

[Indicadores mensais sobre receção de ordens por conta de outrem - dezembro 2015](#)

Em dezembro de 2015, o valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários financeiros registados na CMVM totalizou 7.610,5 milhões de euros, uma descida de 21,5% face a novembro. Desde o início do ano, este indicador caiu 37,7% face a igual período do ano passado.

[Apresentação da Vice-presidente da CMVM no seminário "União Bancária: A nova fronteira da regulação financeira na União Europeia": "Os desafios da União Bancária e da União de Mercados de Capitais"](#)

[Indicadores de síntese dos fundos de investimento imobiliário, FEII e FUNGEPI - dezembro 2015](#)

Em dezembro de 2015, o valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII), dos fundos especiais de investimento imobiliário (FEII) e dos fundos de gestão de património imobiliário (FUNGEPI) situou-se em 11.210,0 milhões de euros, menos 166,9 milhões de euros (1,5%) do que em novembro

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Resultados do Exercício Europeu de Stress Test das Instituições de Realização de Planos de Pensões Profissionais \(IORPS\)](#)

A Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) publicou hoje o relatório com os resultados agregados e por Estado-Membro do primeiro exercício europeu de *stress test* das instituições de realização de planos de pensões profissionais (IORPs), que abrangem, no contexto nacional, os fundos de pensões que financiam planos profissionais.

 **FISCAL**

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício Circulado N.º 15439/2016, de 2016-01-27](#)

[Agenda Fiscal para 2016 - obrigações declarativas e de pagamento](#)

[IRS - Dispensa de entrega de IRS](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

JUROS MORATÓRIOS

[Aviso n.º 890/2016 - Diário da República n.º 18/2016, Série II de 2016-01-27](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º semestre de 2016

ONG

Apresentado relatório da OCDE sobre cooperação portuguesa

O [relatório](#) é o resultado do exame ao desempenho da cooperação portuguesa durante os últimos quatro anos, com destaque para a cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor Leste.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Presidente da República devolveu ao Parlamento, para reapreciação, diploma sobre exclusão da ilicitude na interrupção voluntária da gravidez](#)

O Presidente da República devolveu à Assembleia da República, para reapreciação, o Decreto n.º 6/XIII da Assembleia, relativo à exclusão da ilicitude na interrupção voluntária da gravidez.

[Presidente da República devolveu ao Parlamento, para reapreciação, diploma relativo a normas sobre a adoção por casais do mesmo sexo](#)

O Presidente da República devolveu à Assembleia da República, para reapreciação, o Decreto n.º 7/XIII da Assembleia, que altera normas relativas à adoção por casais do mesmo sexo.

PENAL

[Parecer da Ordem dos Advogados sobre o Projeto de lei n.º 62/XIII](#)

Projeto de lei n.º 62/XIII – 41.ª alteração ao código penal, aprovado pelo decreto-lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criminalizando um conjunto de condutas que atentam contra os direitos fundamentais dos idosos.

REGIME DAS INCAPACIDADES

[Parecer da Ordem dos Advogados sobre o Projeto de Lei n.º 61/XIII – 66.ª alteração ao Código Civil](#)

Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 61/XIII – 66.ª alteração ao Código Civil, aprovado pelo decreto-lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, modificando o regime das incapacidades e seu suprimento, e adequação de um conjunto de legislação avulsa a este novo regime.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **SAÚDE**

ERS – ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE

[Regulamento n.º 86/2016 - Diário da República n.º 18/2016, Série II de 2016-01-27](#)

Entidade Reguladora da Saúde

Regulamento do Procedimento de Licenciamento de Estabelecimentos Prestadores de Cuidados de Saúde: O presente regulamento estabelece as regras que visam complementar e operacionalizar as normas aplicáveis à tramitação dos procedimentos de licenciamento de estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde, assim como as regras sobre o certificado de cumprimento de requisitos de licenciamento, emitido por empresa ou entidade externa reconhecida pela ERS, previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 5.º e no artigo 6.º do Decreto-lei n.º 127/2014, de 22 de agosto

 **TMT**

[Parlamento Europeu adota Resolução sobre Mercado Único Digital](#)

Resolução de 19.01.2016 "Rumo ao ato para o mercado único digital".
28.01.2016

[Estudo sobre Análise de Impacto Regulatório](#)

Estudo realizado pela ANACOM.
29.01.2016

 **TRABALHO E EMPREGO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2016 - Diário da República n.º 16/2016, Série I de 2016-01-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria uma medida temporária de apoio específico, destinada à qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade

[Despacho n.º 1300/2016 - Diário da República n.º 18/2016, Série II de 2016-01-27](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Ministro

Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social delega competências no Secretário de Estado do Emprego e nas Secretárias de Estado da Segurança Social e da Inclusão das Pessoas com Deficiência

[Resolução da Assembleia da República n.º 18/2016 - Diário da República n.º 20/2016, Série I de 2016-01-29](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a reposição dos complementos de pensão aos trabalhadores das empresas do setor público empresarial

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2016/A - Diário da República n.º 18/2016, Série I de 2016-01-27](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Regulamenta o Subsistema de Incentivos para a Internacionalização

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Despacho n.º 1/2016/M - Diário da República n.º 17/2016, Série II de 2016-01-26](#)

Região Autónoma da Madeira - Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública - Gabinete do Secretário Regional

Despacho que aprova as tabelas de retenção de IRS na fonte para vigorem durante o ano de 2016 na Região Autónoma da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2016/M - Diário da República n.º 19/2016, Série I de 2016-01-28](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Procede à adaptação ao Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira da [Lei n.º 15/2014](#), de 21 de março



GERARDO BURMESTER
(detalhe)

Colagem, 2004

Colagem e pastel seco s/papel
100 x 75 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Regulamento Delegado (UE) 2016/98 da Comissão, de 16 de outubro de 2015, que [completa a Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere a normas técnicas de regulamentação que especificam as condições gerais de funcionamento dos colégios de autoridades de supervisão](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/99 da Comissão, de 16 de outubro de 2015, que [estabelece normas técnicas de execução no que se refere à determinação do funcionamento operacional dos colégios de autoridades de supervisão, de acordo com a Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento de Execução (UE) 2016/100 da Comissão, de 16 de outubro de 2015, que [estabelece normas técnicas de execução para especificar o processo de decisão conjunta a seguir no que respeita aos pedidos relativos a certas autorizações prudenciais nos termos do Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Regulamento Delegado (UE) 2016/101 da Comissão, de 26 de outubro de 2015, que [complementa o Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação relativas à avaliação prudente ao abrigo do artigo 105.º, n.º 14](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Financiamento da investigação da UE promove excelência científica e competitividade, segundo relatório](#)

O investimento em investigação e inovação proveniente do orçamento da UE entre 2007 e 2013 aumentou consideravelmente a excelência científica na Europa e reforçou a sua competitividade ao melhorar a capacidade das empresas para inovar.

Estas são algumas das principais conclusões da [avaliação do 7.º Programa-Quadro \(FP7\)](#), publicada pela Comissão Europeia.

[Comissão Europeia quer automóveis mais seguros e menos poluentes](#)

A Comissão Europeia apresentou propostas legislativas para garantir que os fabricantes de automóveis cumprem estritamente com todos os requisitos da UE em matéria de segurança, ambiente e produção.

[Justiça fiscal: Comissão apresenta novas medidas contra a elisão fiscal das empresas](#)

As propostas tiveram como objetivo apresentar uma resposta coordenada a nível da UE para o problema da elisão fiscal das empresas, na sequência das normas mundiais desenvolvidas pela OCDE no último outono.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Lançamento oficial da Plataforma REFIT: nova abordagem reúne partes interessadas em matéria de legislar melhor para obter melhores resultados](#)

A Comissão organizou, em Bruxelas, a primeira reunião da Plataforma REFIT. Reuniram-se quarenta e oito membros de diversas partes interessadas, do Comité Económico e Social Europeu, do Comité das Regiões e de todos os governos dos Estados-Membros para tornar a legislação da UE e a sua aplicação nos Estados-Membros mais eficiente e mais eficaz na concretização dos seus objetivos. Ao reunir um grupo diversificado de peritos em impacto concreto da legislação da UE no terreno, esta iniciativa proporciona uma base de trabalho inclusiva sobre o objetivo comum de legislar melhor para obter melhores resultados.

Consulta pública

Mercado interno

[Consulta pública sobre a «Proposta de reforma do procedimento de notificação pelos Estados Membros das novas obrigações regulamentares aplicáveis aos prestadores de serviços»](#)

26.01.2016 – 19.04.2016

Emprego

[Consulta pública sobre a obrigação de a entidade patronal informar os trabalhadores das condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho \(«Diretiva relativa à informação escrita» - Diretiva 91/53/CEE\)](#)

26.01.2016 – 19.04.2016

PARLAMENTO EUROPEU

[Vantagens e riscos das moedas virtuais](#)

A regulamentação europeia de moedas virtuais deveria limitar-se à prevenção e ao combate à criminalidade, defendeu um grupo de especialistas durante uma audição na Comissão dos Assuntos Económicos. A sessão abordou os prós e contras das moedas virtuais como a bitcoin e da tecnologia revolucionária que as sustenta. O Parlamento Europeu está a preparar um relatório sobre as moedas virtuais. A votação em comissão parlamentar está prevista para abril.

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011